

## Plenário lotado demonstra gratidão aos heróis do Haiti

Os 21 brasileiros que morreram no terremoto de janeiro passado foram homenageados em uma sessão de mais de seis horas, marcada pela exaltação ao heroísmo dos militares e ao trabalho humanitário de Zilda Arns



Senadores, militares, parentes das vítimas e membros da Pastoral da Criança, fundada pela médica Zilda Arns, ouvem o Hino Nacional, na sessão especial do Senado que foi marcada pela emoção

**A** crucial participação nacional na missão de paz das Nações Unidas do Haiti, o heroísmo dos militares e a importância do trabalho

humanitário que marcou a vida da médica e sanitarista Zilda Arns foram lembrados ontem, em tom emocionado, por duas dezenas de discursos na sessão especial com

mais de seis horas de duração, realizada no Plenário do Senado, para lembrar os 21 brasileiros que morreram no terremoto em Porto Príncipe, no dia 12 de janeiro. **3 a 5**

### CAE aprova novo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central

Com 23 votos favoráveis e só 1 contrário, a CAE aprovou ontem o nome de Carlos Hamilton Vasconcelos para o cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central. A indicação presidencial ainda precisa passar pelo Plenário. **7**

### Novo código para dar agilidade nas ações cíveis

O novo Código de Processo Civil vai privilegiar a agilidade na tramitação das ações e impedir o excesso de recursos, assegura o ministro Luiz Fux, presidente da comissão de juristas criada pelo Senado para modernizar a legislação. **6**

### CAS debate a pirataria na medicina

Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e diretor da Anvisa, Dirceu Raposo, devem participar amanhã de debate, na CAS, sobre a pirataria na medicina (falsificação de medicamentos e de equipamentos hospitalares) **2**



Valter Pereira (E), que preside a CDR, e o autor da proposta debatida na comissão, Gilberto Goellner

### Mudança no trabalho rural não será imediata

Senadores e representantes do governo, dos trabalhadores e de empresários rurais concordaram ontem, na Comissão de Desenvolvimento Rural (CDR), que é preciso aprofundar a análise das mudanças nas regras do trabalho rural propostas por Gilberto

Goellner. Kátia Abreu adverte que o projeto pode inviabilizar a agricultura familiar. Osmar Dias aponta avanços e benefícios especialmente para o agricultor familiar, mas admite que o assunto deve ser mais bem debatido. **8**



Audiência pública foi proposta por Mozarildo Cavalcanti, que se mostrou preocupado com o assunto após a publicação de uma série de reportagens pelo jornal *Correio Braziliense*

# Ministro deve participar de debate na CAS sobre pirataria na medicina

A PIRATARIA NA medicina, envolvendo a falsificação de medicamentos e até de equipamentos hospitalares, será debatida amanhã, às 9h, em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Foram convidados o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello. A iniciativa do debate é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que se mostrou preocupado com o assunto após a publicação de uma série de reportagens pelo jornal *Correio Braziliense* em agosto de 2009, mostrando o crescimento de casos de pirataria no setor de saúde.

Na época, Mozarildo afirmou em Plenário que esse comércio clandestino movimentava cifras astronômicas e mata milhares de pessoas no Brasil todos os anos.

– A pirataria e a fabricação de remédios e de equipamentos médicos está sendo feita da maneira como se pirateia um CD, um DVD ou outras coisas que a gente houve falar a toda hora. Os bandidos se organizam cada vez mais próximo do narcotráfico e do esquema de roubo de cargas – alertou o senador, que é médico.

Ainda mencionando a matéria do *Correio*, intitulada “Piratas de Medicina”, Mozarildo relatou o



drama da gaúcha Denise Borges de Medeiros, que, depois de se submeter a uma cirurgia, descobriu que os parafusos colocados em sua coluna cervical estavam tortos e quebrados, pois eram feitos com material de péssima qualidade.

O jornal publicou uma lista com vários medicamentos falsificados, incluindo uma versão do Tamiflu – usado no combate à gripe A – e um similar do Viagra, produzido no Paraguai.



CAS ouvirá ministro José Gomes Temporão (foto) e presidente da Anvisa, Dirceu Raposo

## Jayme Campos homenageia legado de Jonas Pinheiro

Falecido há dois anos, o senador Jonas Pinheiro foi homenageado ontem por Jayme Campos (DEM-MT). Ele afirmou que Pinheiro compreendeu como poucos a vocação rural do Brasil e deixou um legado para a agricultura nacional.

– Se o agronegócio representa hoje a marca de 45% do PIB [produto interno bruto] brasileiro, muito disso se deve às conquistas alcançadas pela atuação desse senador – ressaltou.

Jayme Campos disse duvidar da expressão de que “não existem homens insubstituíveis” ao perceber “o vazio político que Jonas Pinheiro deixou em Mato Grosso”.

– Jonas Pinheiro é insubstituível não só para o agronegócio, mas para a política mato-grossense – afirmou.

## Mão Santa diz que intervenção no DF é inconstitucional

O senador Mão Santa (PSC-PI) criticou ontem a possibilidade de uma intervenção federal no Distrito Federal, que vive uma crise política com a prisão do governador licenciado, José Roberto Arruda, e a renúncia do vice-governador, Paulo Octávio. Para o senador, a intervenção é inconstitucional, já que a Carta estabelece critérios para a linha sucessória.

Em 1968, lembrou, com a doença do então presidente da República, general Arthur da Costa e Silva, os militares desrespeitaram a linha sucessória estabelecida pela Constituição e deram início a uma sequência de fatos que abalaram o país.

– O Brasil sempre paga caro as aventuras de desrespeito à Constituição – alertou.

## Paim quer voto de pesar pela morte do sindicalista Tenorinho

Paulo Paim (PT-RS) apresentou pedido de voto de pesar pela morte do sindicalista pernambucano Luiz Tenório de Lima, o Tenorinho, aos 93 anos de idade.

– Luiz Tenório deixou um legado de vida e de luta por um Brasil mais justo e soberano. As novas e as futuras gerações o terão como exemplo a ser seguido – disse o senador, frisando que o sindicalista foi um combatente da causa dos trabalhadores, do movimento sindical e dos aposentados e pensionistas.

Paim lembrou que Tenorinho fundou a Nova Central Sindical, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e foi líder do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1962.

## Parlamentares do Sudão pedem auxílio em eleições

Uma delegação parlamentar do Sudão pediu ontem que o Senado brasileiro envie observadores às eleições previstas para abril próximo naquele país. A missão foi recebida pelo 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), e tem o objetivo de recolher informações sobre o sistema eleitoral brasileiro.

Marconi informou aos deputados que o Brasil tem tecnologia muito desenvolvida na agricultura e uma eventual parceria nessa área seria de grande importância para o país africano.



Marconi (D) com deputados sudaneses: senadores poderão ser observadores

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço

[www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Com pauta trancada por três MPs, Plenário faz sessão às 14h

A sessão deliberativa começa às 14h e a pauta de votação segue trancada por três medidas provisórias. As MPs 469/09 e 470/09 destinam recursos a ministérios, enquanto a 471/09 dá incentivo fiscal à indústria automobilística instalada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O PLC 280/09, que tramita na Casa em regime de urgência, também tranca a pauta. Essa proposta trata da formação mínima (nível médio ou superior) a ser exigida dos professores do ensino básico.

## CCT discute importância de empresa do setor aeroespacial

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) vai debater em audiência, às 9h, a importância da empresa Alcântara Cyclone Space para a economia do Brasil, com a presença do diretor-geral brasileiro da empresa, Roberto Amaral, e do presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Ganem.

## CCJ vota projeto que amplia penas para corruptos

Projeto que torna crime hediondo a corrupção passiva e ativa, com pena de reclusão de dez a 25 anos, está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. A CCJ também analisa outro projeto que especifica as normas gerais para licitação e contratação pelo poder público de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda



## Projeto na CAS proíbe concurso para formar cadastro de reserva

Às 11h, reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai examinar projeto que proíbe a realização de concurso público exclusivamente para a formação de cadastro de reserva, além de projeto que regulamenta as transmissões da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça, em canal aberto, para todo o território nacional.







Representantes da ONU, da Pastoral da Criança e dos militares compuseram a mesa da sessão solene organizada por solicitação de vários senadores

## Senado homenageia brasileiros mortos no Haiti

O Plenário homenageou ontem a memória dos brasileiros vitimados pelo terremoto que deixou mais de 200 mil mortos no Haiti, no último dia 12 de janeiro. Entre essas vítimas, estavam a médica Zilda Arns Neumann – fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa – e o diplomata Luiz Carlos da Costa, representante especial adjunto da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Morreram ainda 18 militares integrantes das forças de paz da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). A solenidade foi requerida pelos senadores Flávio Arns (PSDB-PR), sobrinho de Zilda Arns, Romeu Tuma (PTB-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Magno Malta (PR-ES), Paulo Paim (PT-RS) e João Pedro (PT-AM). – Tenho a certeza de que o exemplo de vida de Zilda Arns, tia Zilda, dos soldados do Exército Brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal, dos

oficiais e de nosso embaixador, Luiz Carlos da Costa, vai ser como semente no chão desta nação tão rica, que pôde abrigar em seu seio essas pessoas extraordinárias, de um povo brasileiro que sabe ser tão solidário; semente de justiça, encaminhando-nos para uma nação de paz – disse Flávio Arns.

Os 18 militares brasileiros mortos durante o terremoto no Haiti e também homenageados ontem pelos senadores são: Davi Ramos de Lima, Felipe Gonçalves Julio, Douglas Pedrotti Neckel, Washington Luis de Souza Serafim, Antonio José Anacleto, Rodrigo Augusto da Silva, Tiago Anaya Detimermani, Arí Dirceu Fernandes Júnior, Kleber da Silva Santos, Raniel Batista de Camargos, Leonardo de Castro Carvalho, Francisco Adolfo Vianna Martins Filho, Bruno Ribeiro Mário, Marcus Vinicius Macedo Cysneiros, Emilio Carlos Torres dos Santos, Márcio Guimarães Martins, Rodrigo de Souza Lima e João Eliseu Zanin.

### Diplomata brasileiro representava a ONU no Haiti desde 2005

Luiz Carlos da Costa foi o brasileiro que ocupou o mais alto cargo como funcionário civil da Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 2005, ele era vice-representante do secretário-geral da ONU no Haiti, Hédi Annabi, após ser indicado pelo então secretário-geral da instituição, Kofi Annan, para atuar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah).

Costa e Annabi morreram no terremoto ocorrido no Haiti no dia 12 de janeiro de 2010.

O atual secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon – que substituiu Kofi Annan em 2007 –, descreveu Costa como “uma lenda de operações de paz da ONU”, um diplomata que foi “um mentor de gerações de funcionários da instituição”.

Nascido em 4 de junho de 1949, Costa era casado e tinha duas filhas. Concluiu seu mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política na Universidade de Nova York, em 1978. Em 1969, ingressou na ONU, quando foi trabalhar no Escritório de Gestão de Recursos Humanos, na época denominado Departamento de Serviços de Conferências, em Nova York.

De 1992 a 2000, foi chefe de Gestão de Pessoal e Serviço de Suporte de Campo, Administração



Luiz Carlos da Costa foi indicado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Annan para atuar pela organização no Haiti

e Logística da instituição, também no escritório em Nova York. Posteriormente, assumiu, por dois períodos, o cargo de diretor da missão de paz das Nações Unidas no Kosovo: de julho de 2000 a agosto de 2001 e de novembro de 2002 a junho de 2003. Antes de assumir o posto no Haiti, Costa foi representante especial adjunto para missão de paz na Libéria.



Em 25 anos de trabalho, pastoral fundada por Zilda Arns acompanhou 1,8 milhão de menores de seis anos e 1,4 milhão de famílias pobres

### Zilda teve atuação decisiva na redução da mortalidade infantil

A médica pediatra e sanitária Zilda Arns Neumann nasceu em Forquilha (SC), em 25 de agosto de 1934, e morreu em 12 de janeiro de 2010, durante o terremoto em Porto Príncipe (Haiti).

Fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança – organização de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, Zilda era irmã de dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo emérito de São Paulo.

Filha do casal brasileiro de origem alemã Gabriel Arns e Helene Steiner, Zilda foi a 13ª criança do total de 16 filhos. Em 26 de dezembro de 1959, casou-se com Aloísio Bruno Neumann (1931-1978), com quem teve seis filhos. Zilda Arns era avó de nove netos.

Formada em medicina pela Universidade Federal do Paraná, Zilda especializou-se em saúde pública, pediatria e sanitário, com enfoque para o atendimento de crianças pobres. Seu objetivo era salvar essas crianças de problemas como mortalidade infantil, desnutrição e violência em seu contexto familiar e comunitário.

A médica desenvolveu, então, um método próprio para ajudar as famílias mais pobres, levando conhecimento e solidariedade para que essa população pudesse adquirir condições de pro-

mover a própria transformação social. Sua experiência fez com que, em 1980, fosse convidada a coordenar a campanha de vacinação Sabin, para combater uma epidemia de poliomielite.

Em 1983, a pedido da CNBB, criou a Pastoral da Criança. Em 25 anos de trabalho, conforme dados da organização, a pastoral acompanhou 1,8 milhão de crianças menores de seis anos e 1,4 milhão de famílias pobres em 4.060 municípios brasileiros. Nesse período, mais de 260 mil voluntários levaram solidariedade e conhecimento sobre saúde, nutrição, educação e cidadania para as comunidades mais pobres.

#### Nobel da Paz

Em 2004, Zilda Arns recebeu da CNBB outra missão: fundar e coordenar a Pastoral da Pessoa Idosa. Atualmente, mais de 100 mil idosos são acompanhados mensalmente por 12 mil voluntários em 579 municípios. Esse trabalho envolve 141 dioceses de 25 estados brasileiros.

Zilda foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, em 2001, e escolhida cidadã honorária de dez estados brasileiros e de 32 municípios, além de doutora *honoris causa* de cinco universidades. A médica encontrava-se em Porto Príncipe, em missão humanitária, para introduzir a Pastoral da Criança no Haiti.



PEDRO SIMON



Para Pedro Simon (PMDB-RS), os brasileiros mortos no Haiti são "heróis que deram suas vidas pela Humanidade", pois estavam lá para ajudar um país e uma população pobres. O senador disse ainda que recomendaria a canonização de Zilda Arns.

– Se eu pudesse falar com o Papa, eu lhe diria que dona Zilda Arns tem todos os méritos e critérios para ser canonizada.

FÁTIMA CLEIDE



Fátima Cleide (PT-RO) disse que os conhecimentos em saúde pública de Zilda Arns permitiram que "salvasse crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição, da violência familiar e da marginalidade", por meio do combate às raízes da injustiça social.

– Fui testemunha de diversos milagres da missão humanitária da pastoral e da médica Zilda Arns – revelou.

MOZARILDO CAVALCANTI



Ao reverenciar a memória dos 21 mortos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) salientou a presença do Brasil no Haiti, não apenas para manter a ordem institucional, mas para ajudar os haitianos.

– É aí que entra a figura da dra. Zilda Arns. Ela foi lá, preocupada com as pessoas, com os seres humanos, levar o amparo e os seus ensinamentos para melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas.

EDUARDO SUPPLY



"Exemplo notável de ser humano" para todos os homens e mulheres do Brasil, Zilda Arns teve seu trabalho exaltado pelo senador Eduardo Supply (PT-SP), que citou trecho do último discurso da fundadora da Pastoral da Criança, no dia da tragédia, em Porto Príncipe. "Devemos cuidar de nossas crianças como um bem sagrado, promover o respeito aos seus direitos e protegê-las", ensinou Zilda.

# Senadores destacam legado de Zilda Arns e heroísmo dos militares

Mais de 20 senadores discursaram ontem, na sessão especial em homenagem aos 21 militares e civis brasileiros mortos

no terremoto do Haiti, em 12 de janeiro. O nome mais reverenciado foi o da médica e sanitarista Zilda Arns, cujo trabalho humanitário chegou a

ser comparado ao de Madre Teresa de Calcutá. Fundadora da Pastoral da Criança e do Adolescente, Zilda também foi citada por sua decisiva

participação na aprovação de importantes leis de cunho social, como a PEC da Saúde (2000) e os estatutos da Criança e do Adolescente e do

Idoso. Os discursos também destacaram o heroísmo dos militares, que estavam no Haiti participando da missão de paz da Organização das

Nações Unidas (ONU). Parlamentares deram o testemunho da gratidão do povo haitiano pela presença dos brasileiros.



Flávio Arns discursa ao lado de representantes do Exército e da Pastoral da Criança. Assinaram o requerimento para realização da homenagem em Plenário os senadores Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Magno Malta, Paulo Paim e João Pedro, além do parlamentar paranaense

SÉRGIO ZAMBIASI



A fundadora da Pastoral da Criança realizou "verdadeiros milagres durante sua vida dedicada à população mais humilde", disse Sérgio Zambiasi (PTB-RS), ao homenagear Zilda Arns.

– Ela nos ensinou que, com um litro de água filtrada ou fervida, duas colheres de açúcar e uma colherinha de sal, a gente salva vidas. Isso é obra. Isso é fé. E é esse ensinamento que estamos resgatando agora no Plenário desta Casa – afirmou.

OSMAR DIAS



O senador do PDT paranaense afirmou que Zilda Arns "foi um verdadeiro símbolo da defesa dos direitos humanos" e que "muitas pessoas foram salvas por meio de suas ações humanitárias".

– O que ela construiu jamais deixará de existir, pois ela deixou exemplos e caminhos a serem seguidos – afirmou Osmar Dias, lembrando, por exemplo, o trabalho de Zilda Arns na Pastoral da Criança.

JOÃO PEDRO



"O Haiti não é aqui", disse João Pedro (PT-AM), ao afirmar que o terremoto foi mais uma tragédia entre as tantas que abalaram aquele país.

– Quando estivemos lá, em 2009, nossa comitiva encontrou uma criança que já estava descartada para morrer. Havia ausência absoluta do Estado – assinalou o senador, acrescentando que o presidente haitiano, René Préval, declarou que a presença do Brasil no país é imprescindível.

HERÁCLITO FORTES



O Brasil está de luto e órfão com a morte de Zilda Arns, o diplomata Luiz Carlos Costa e de seus soldados, avaliou o senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Ele esteve no Haiti em 2008, quando presidia a Comissão de Relações Exteriores (CRE), e recorda-se da ternura dos haitianos com as tropas brasileiras.

– Nada melhor do que, em um país estrangeiro, ver o que o brasileiro faz, especialmente quando o objetivo é a paz – disse.

JEFFERSON PRAIA



A médica Zilda Arns "não esperou o Estado resolver o problema das crianças desnutridas no Brasil", afirmou Jefferson Praia (PDT-AM).

– Alguns acham que só podem resolver o problema do Brasil se estiverem em um partido político ou se forem eleitos. Ela não. Ela foi em direção ao problema e, junto com outros voluntários, deu e continua dando uma grande contribuição ao nosso país.

ANTÔNIO CARLOS VALADARES



"Solidariedade não se agradece, se comemora", avaliou Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), citando o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho. Ele lembrou a participação de Zilda Arns na aprovação da PEC da Saúde (PEC 29/00), da qual foi relator.

– A vida desenhada por ela foi perfeita, consagrada ao sacrifício aos nossos semelhantes. Nos dias tão breves que aqui passou, realmente construiu sua imortalidade.

ROMEU TUMA



Para Romeu Tuma (PTB-SP), Zilda Arns, de quem era amigo, representava "a abnegação, o amor, a determinação, a coragem, o exemplo e a devoção". Após falar do trabalho que Zilda Arns exerceu em favor das crianças e mães pobres, o senador observou que a médica não usou as dificuldades da população com proselitismo e demagogia, como fazem algumas entidades, movidas somente pelo interesse político e pessoal.

PAULO PAIM



O senador do PT gaúcho comprou as ações de Zilda Arns aos feitos de Madre Teresa de Calcutá e de Mahatma Gandhi.

– Ela entra para a história como aqueles homens e mulheres que nunca morrem, porque seus ideais estarão sempre vivos, e muito vivos, junto de todos nós – afirmou Paulo Paim, que também deu vivas às Forças Armadas, em especial ao Exército, e disse que todos os militares mortos no Haiti são heróis.

## Arns: país deve profundo reconhecimento a brasileiros mortos no Haiti

Um dos autores do pedido para que a hora do expediente da sessão de ontem homenageasse as vítimas brasileiras do terremoto que atingiu o Haiti em 12 de janeiro, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) disse que o Brasil "deve um profundo reconhecimento aos soldados do Exército brasileiro e da Polícia Militar do Distrito Federal" mortos no Haiti.

– A presença do Brasil [no Haiti] por meio dos valerosos e dedicados militares ficou indelevelmente marcada e já não será a mesma – afirmou o senador, que era sobrinho da fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa, Zilda Arns, também morta na tragédia que vitimou mais de 200 mil pessoas.

O senador declarou que sua tia mostrava consciência das causas estruturais da pobreza brasileira, nunca tendo negado que esses fatores precisavam ser combatidos e vencidos. Mas, segundo ele, Zilda não viu no combate a essas causas impedimento para "uma ação salvadora imediata".

– A sua denúncia da injustiça se traduziu na ação solidária. Uma ação solidária que ela soube fazer contagiante, progressivamente contagiante, envolvendo milhares de pessoas voluntárias – disse.

Flávio Arns afirmou que a trajetória de vida de sua tia revela "uma grande força interior, que vinha de uma espiritualidade que pode ser caracterizada como sadia, forte e encarnada". Acrescentou que ela ofereceu sua vida por amor às crianças, "vítimas inocentes da injustiça e do desprezo".

O senador fez referência ao diplomata brasileiro Luiz Carlos da Costa, segunda maior autoridade da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Para ele, a vida de trabalho e dedicação do diplomata, tragicamente interrompida, deve "ficar como marco da importância do Brasil, parceiro com outros povos em busca de um mundo mais humano".

EDUARDO AZEREDO



É possível fazer as duas coisas: alocar recursos para o Haiti e para ajudar os brasileiros que vivem em bolsões de miséria, disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao rebater críticas à ajuda do governo àquele país. Além do apoio emergencial, o senador acredita que o Brasil deva auxiliar na construção da infraestrutura haitiana e que a Pastoral também deva continuar no Haiti, desenvolvendo o trabalho iniciado por Zilda Arns.

JOSÉ AGRIPINO



José Agripino (DEM-RN) disse que a presença brasileira no Haiti, "mais do que combater a violência, tem a função de promover a consciência e a cidadania".

– Os haitianos são os únicos capazes de transformar seu país. E o brasileiro tem condições de dialogar com o haitiano porque este o vê como um semelhante, o que não ocorre no caso dos franceses e dos americanos, vistos como dominadores.

PATRICIA SABOYA



Patrícia Saboya (PDT-CE) lembrou que foi graças a Zilda Arns que o Ceará pôde receber, em 1986, um prêmio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pela redução de 32% na mortalidade infantil.

– Um país só pode ser verdadeiramente justo e saudável se nossos filhos estiverem bem criados e bem acolhidos, tiverem o direito a um lar, direito à saúde e direito a ter um pai, uma mãe, uma escola digna.

KÁTIA ABREU



Ao evocar a memória da médica e criadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu a instituição de programas de erradicação da pobreza no Brasil. Ela disse que, há décadas, o governo cria projetos de transferência de renda, que nada mais fazem que gerir a pobreza e não permitem às famílias brasileiras pobres deixar outro legado a seus filhos que não seja a perpetuação da miséria.

ROSALBA CIARLINI



A melhor forma de homenagear a memória de Zilda Arns será o Congresso aprovar proposta de emenda constitucional (PEC 64/07) que torna obrigatória a licença-maternidade de seis meses, em vez dos atuais quatro meses, observou Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

– Uma licença-maternidade de seis meses, com as mães amamentando seus filhos por todo esse tempo, era o sonho de dona Zilda Arns – afirmou.

LÚCIA VÂNIA



Lúcia Vânia (PSDB-GO) recordou sua convivência com Zilda Arns, quando ocupou a Secretaria Nacional de Assistência Social, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. À época, disse, Zilda estava implantando programas como o do enriquecimento dos farelos, fundamental na alimentação das crianças assistidas pela pastoral.

– Na sua vida, tudo sempre foi ocupado pela solidariedade e doação.

JOSÉ NERY



O senador paraense nomeou um por um os brasileiros falecidos no terremoto e solidarizou-se, em nome do PSOL, com o povo haitiano. Ele se disse contrário "a qualquer tipo de intervenção militar de qualquer nação" nos assuntos internos do Haiti, mas reconheceu o trabalho desenvolvido pelos militares brasileiros, que "buscam contribuir para a edificação de um novo país".

De Zilda Arns, José Nery disse que foi "uma das mais respeitadas lideranças do trabalho em defesa das crianças, jovens e idosos na América Latina".

ARTHUR VIRGÍLIO



"A miséria no Haiti antecede o terremoto", lembrou o senador, ao constatar que a tragédia chamou a atenção internacional para a miséria daquele país.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou que Zilda Arns dedicou sua vida à prática do bem. Foi assim, segundo ele, quando Zilda fundou a Pastoral da Criança e quando trabalhou para a redução da mortalidade infantil no Brasil.

– Ela morreu junto das pessoas a quem mais amava: os que precisavam dela. E nenhum povo precisou mais dela do que o haitiano – afirmou.

IDELI SALVATTI



Zilda Arns foi uma das precursoras de programas como o Saúde da Família, ressaltou Ideli Salvatti (PT-SC).

– Hoje há uma política de saúde solidificada. E ela teve papel fundamental nisso – declarou, destacando que esse tipo de programa privilegia "o trabalho na comunidade onde as pessoas residem, com acompanhamento direto, organização local, aproveitando inclusive os talentos locais".

– E isso é feito com pouco dinheiro – disse Ideli. A senadora também homenageou os militares brasileiros que atuam no Haiti pelo "maravilhoso trabalho".



Comissão criada pelo Senado para reformar o código inicia nesta sexta-feira uma série de audiências públicas para discutir projeto e ouvir sugestões. Ideia é apresentar a proposta final até o término de abril



Para o ministro Luiz Fux (ao lado), proposta em debate na comissão, integrada também pelo consultor Bruno Dantas (acima), representará "um novo paradigma"

## Novo Código de Processo Civil trará menos recursos e maior agilidade

O PRESIDENTE DA COMISSÃO especial de juristas responsável pela elaboração de um anteprojeto de reformulação do Código de Processo Civil (CPC), Luiz Fux, afirmou ontem que a proposta a ser apresentada representará um "novo paradigma", com a introdução de modernas técnicas e a prioridade na celeridade dos processos.

– O principal ganho para o cidadão será a simplificação do processo, com a adoção de instrumentos como o "incidente de coletivização", por meio do qual todos os processos de mesmo teor serão julgados a partir de uma mesma

sentença, que criará assim uma jurisprudência – explicou Luiz Fux, que é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Outra posição adotada pelos juristas, declarou Fux, é a diminuição da possibilidade de recursos em primeira instância. Com a medida, afirmou o ministro, o número de recursos a serem remetidos às instâncias superiores será reduzido significativamente.

### Audiências públicas

O presidente da comissão de juristas, que se reuniu ontem, disse também que começa na sexta-feira, em Belo Hori-

zonte, a série de audiências públicas nas capitais para debater a proposta e avaliar pontos em que houver opiniões conflitantes. No dia 5 de março, haverá audiência pública em Fortaleza e no dia 12, no Rio de Janeiro. Será realizado também um debate em uma capital da região Norte e outro em São Paulo, nos dias 19 e 26. A última audiência pública ocorrerá no Congresso Nacional.

A comissão deverá apresentar o texto final em abril. Na próxima reunião, marcada para o dia 8 de março, serão debatidas as propostas apresentadas na primeira audiência pública.

## Comissão realizará estudo sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor

Para as comemorações, em setembro, dos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a criação de um grupo de trabalho visando à realização de uma análise histórica do código e à apresentação de propostas para seu aperfeiçoamento. O pedido para criação do grupo foi apresentado pelo presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES).

O grupo deverá ser formado por um consultor da área de Direito do Consumidor da Consultoria Legislativa do Se-

nado, bem como por técnicos da área de Pesquisa da Biblioteca do Senado, e terá 60 dias para elaboração do relatório final do estudo. Casagrande solicita ainda que sejam convidados diretores e técnicos do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça para contribuírem com o grupo de trabalho.

Ao defender a realização do estudo, o senador destacou o papel da comissão na apresentação de sugestões para ampliar a proteção dos consumidores brasileiros.

– Já avançamos muito com o Código de Defesa do Consumidor, mas temos que



CMA deve apresentar propostas de reformulação do código, destaca Renato Casagrande

dar um passo adiante. Como integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor, é essencial que possamos apresentar propostas de reformulação do código.

## Senado vai discutir compra da GVT pelo grupo Vivendi

A compra da empresa GVT Holding pelo grupo francês Vivendi será debatida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em audiência pública. Proposto por Cícero Lucena (PSDB-PB), o debate será realizado em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Deverão ser convidados a presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Santana; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg; o presidente da GVT Holding, Amos Genish; o representante legal da Vivendi no Brasil; e um representante do Ministério Público Federal.

Cícero Lucena alega que "são preocupantes as recentes notícias em que consta que o grupo francês Vivendi, que assumiria o controle do capital votante e total da GVT, não teria em seu poder, à época de seu anúncio como fato relevante, as ações necessárias correspondentes". A operação foi realizada em novembro do ano passado.



Cícero Lucena é autor do requerimento para que CAE analise negociação

## Debates sobre proposta que moderniza Orçamento

Também foi aprovado pela CAE pedido do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) para debater projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que visa modernizar e tornar mais transparente o processo orçamentário (PLS 229/09). Dornelles é o relator do projeto.

Entre os convidados, estão representantes do Executivo federal, como o ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage; integrantes de tribunais de contas, como o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar; e economistas, como o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Secretários estaduais de Fazenda, juristas e representantes da sociedade civil, como o presidente da Ação Empresarial, Jorge Gerda, também estarão nos debates.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefe de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Economista vê ameaça de segurança na divulgação dos ganhos de altos executivos financeiros. Suplicy, relator da indicação, minimiza possível risco



Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo (ao lado de Garibaldi e Romero Jucá, na foto à direita) obteve 23 votos favoráveis na CAE para ocupar a Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central

## Indicação para diretoria do BC passa na CAE

DEPOIS DE RESPONDER a questões de política monetária e sobre a esperada adoção de regras para a remuneração dos executivos do mercado financeiro, Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ocupar o cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC). Sem abstenções, foram 23 votos favoráveis e apenas 1 contrário. Ele é servidor de carreira e vinha chefiando o Departamento de Estudos e Pesquisas do órgão. A mensagem presidencial com a indicação agora irá a Plenário.

Carlos Hamilton confirmou que a proposta do BC para regular a remuneração dos executivos e agentes da área financeira está em elaboração, devendo ficar aberta a consulta pública até o início de maio. A intenção,

segundo ele, não é impor limites aos ganhos, mas buscar formas de remuneração que reflitam os riscos de longo prazo das atividades. Por questão de segurança dos dirigentes, ele foi reticente quanto à ideia de que os salários e as bonificações sejam publicamente divulgados.

– É um ponto em aberto da proposta, mas tem a questão da segurança das pessoas e o Banco Central tem que estar atento a esse ponto. Nós não podemos colocar em risco a segurança dos executivos e de suas famílias – disse.

Estudos sobre as causas da crise financeira mundial de 2008, marcada pela quebra de bancos, apontam entre os fatores a ausência de controles sobre os ganhos de executivos e operadores do mercado. A atratividade dos bônus sobre ganhos

de curto prazo teriam servido de estímulo a operações de risco cada vez maior. Segundo Carlos Hamilton, o Brasil decidiu adotar regras de controle como parte de compromisso assumido no âmbito do G-20 (grupo dos países mais ricos e emergentes).

Os esclarecimentos sobre o tema foram solicitados por Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da indicação. Ele, no entanto, minimizou a ideia de que a divulgação dos ganhos possa implicar riscos à segurança dos executivos. Como argumento, lembrou que os salários dos grandes craques de futebol são amplamente divulgados, sem que os atletas deixem de ser “pessoas muito queridas pelo povo”.

– Quem sabe um dia ainda se poderá chegar à transparência na divulgação da remuneração

dos altos executivos financeiros – afirmou Suplicy.

### Conquista

Carlos Hamilton deverá substituir Maria Celina Berardinelli Arraes, que deixou a Diretoria de Assuntos Internacionais para reassumir suas funções no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), seu órgão de origem. O indicado defendeu o sistema de metas de inflação e o câmbio flutuante, políticas que, segundo ele, ao lado do equilíbrio das contas públicas, formam o tripé que explica a boa situação da economia do país em relação ao passado. Como disse, essa foi uma conquista de toda a sociedade.

– Dessa Casa mesmo vinham apelos dos que não aceitavam mais conviver com a inflação e que pediam uma política com-

prometida com a estabilidade. Resta ao Banco Central manter-se continuamente vigilante e pronto para permitir que os ganhos obtidos sejam permanentes.

Cobrado a explicar por que os juros ainda são tão altos no Brasil, ele afirmou que a comparação com o passado revela avanços e que, a médio prazo, as taxas devem cair ainda mais. A Jefferson Praia (PDT-AM), Carlos Hamilton assegurou ainda que o ano eleitoral em nada influirá a condução da política monetária.

– A experiência tem mostrado que o Banco Central atuando de forma autônoma tem permitido manter a inflação em níveis baixos e relativamente estáveis, o que tem contribuído para o recente processo de crescimento econômico. Entendo que a manutenção dessa linha só ajudará o país.

## CAE aprova criação de cem cargos de procurador do BC

A CAE aprovou ontem projeto que prevê a criação de mais cem cargos de procurador do Banco Central. Na proposta (PLC 318/09), o governo informa que, quando todos os novos postos estiverem ocupados, o aumento no quadro custará R\$ 17 milhões por ano.

Hoje, 200 procuradores trabalham no Banco Central. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, argumenta que mudanças na legislação nos últimos anos impuseram novos encargos ao banco, mas o número de procuradores não mudou.

Bernardo informou que entre 2000 e 2007 houve um aumento de 35% nas manifestações da Procuradoria do Banco Central. Já o número de execuções fiscais propostas evoluiu de 613, em 1997, para 3.320, em junho de 2008.

Na CAE, o relator, Gim Argello (PTB-DF), já disse ser favorável à aprovação, lembrando que desde 1998 o quadro de procuradores do Banco Central permanece o mesmo. Da CAE o projeto segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Na mesma reunião foi aprovada a programação monetária para o quarto trimestre de 2009, enviada pelo governo. O projeto de decreto legislativo segue para exame do Plenário.



Fátima Cleide (E) e Marisa Serrano: ministros serão convidados pela comissão

## Eficácia do Bolsa Família será debatida em audiência na CE

A eficácia do programa Bolsa Família do ponto de vista educacional será tema de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), por sugestão, aprovada ontem, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Devem participar os ministros da Educação, Fernando Haddad, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, além do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar.

Ao apresentar o requerimento, a senadora e vice-presidente da comissão disse que o programa tornou-se “referência mundial” como medida de distribuição de renda, mas têm sido constatadas irregularidades e “inconsistências cadastrais”, o que tornaria importante a realização do debate.

Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou com o requerimento e lembrou ter sido, quando ministro da Educação, contra a mudança de nome do antigo programa (Bolsa Escola). Na opinião do senador, o nome anterior tornava mais claro o compromisso do programa com a qualidade da educação.

Cristovam sugere a recriação do Bolsa Escola e a destinação do atual Bolsa Família a famílias pobres sem filhos.

– Um programa com o nome errado não traz os resultados que se esperam – disse.

Também ontem, a CE começou a discutir o PLS 247/09, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que dá benefício adicional aos alunos do Bolsa Família que tenham obtido resultados escolares positivos.

## Música gospel será reconhecida como manifestação cultural

A música *gospel* deverá ser reconhecida como manifestação cultural, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Com isso, poderá gozar dos benefícios e incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet.

A proposta (PLC 27/09), que já passou pela CAE, ainda depende de votação em Plenário. Na CE, o relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), lembrou que a música *gospel*, apesar de originária dos Estados Unidos, se agregou à “dinâmica cultural brasileira, perpassando os diversos segmentos da sociedade e integrando-se às culturas regionais que compõem a diversidade do nosso país”.

Outro texto aprovado ontem pela CE é o substitutivo da Câmara ao PLS 236/07, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que

muda o nome do atual Livro dos Heróis da Pátria para Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Além disso, o projeto inclui no livro o nome de Maria Quitéria de Jesus, militar brasileira, heroína da Guerra da Independência. A baiana, considerada a Joana D’Arc brasileira, foi, para Serys, “uma das poucas mulheres a saírem do anonimato e ganharem a eternidade junto à história do nosso país, ao se alistar no Exército para lutar pela independência do Brasil”.

Foi iniciada ainda a discussão do PLS 264/09, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que autoriza o Poder Executivo a instituir, em Redenção (PA), um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. O relator, José Nery (PSOL-PA), deu voto favorável.



Para Papaléo Paes (D, com Flávio Arns), *gospel* se integrou à cultura do país



Kátia Abreu diz que proposta poderia inviabilizar agricultura familiar; Osmar afirma que matéria deve ser mais bem debatida, mas reconhece avanços

# Mudança no trabalho rural preocupa debatedores

SENADORES E REPRESENTANTES do governo, dos trabalhadores e de empresários rurais alertaram ontem, durante audiência pública no Senado, para a necessidade de se aprofundar a discussão sobre possíveis alterações na norma reguladora do trabalho rural (Lei 5.889/73). Mudanças na legislação estão previstas no Projeto de Lei do Senado 458/09, que foi analisado no debate promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Conforme o autor da proposta, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), o objetivo da medida é solucionar conflitos trabalhistas no meio rural. Uma das novidades do projeto é que o empregador rural passa a ser considerado pessoa jurídica. Entre as mudanças sugeridas, consta a jornada de oito horas para o trabalhador rural, podendo ser estendida por motivo de força maior ou causas acidentais.

Para a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), a equiparação do empregador rural a pessoa jurídica inviabilizaria a agricultura familiar e causaria sérios prejuízos aos pequenos agricultores.

O senador Osmar Dias (PDT-PR), autor do requerimento que resultou na audiência, reconheceu que a proposta deve ser mais bem debatida, mas observou que ela traz avanços, a exemplo do dispositivo que permite ao empregador rural a terceirização de serviços que requeiram mecanização agrícola. Segundo ele, quem sairia ganhando seria o pequeno proprietário, especialmente o



Valter Pereira (2º à direita) dirige debate na Comissão de Agricultura sobre projeto de Gilberto Goellner (foto menor, ao lado de Kátia Abreu)

agricultor familiar.

## Direitos

O representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Marcelo Gonçalves Campos, observou que a Constituição de 1988 garante a igualdade de direitos entre trabalhadores urbanos e rurais. Por isso, teme que a aprovação do projeto venha ferir direitos garantidos aos trabalhadores do campo pela Constituição e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Cristiano Barreto Zaranza, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ressaltou pontos

da proposta, entre eles o que determina que, quando não houver necessidade imperiosa, a remuneração da hora excedente será de pelo menos 50% superior à da hora normal, sendo que o trabalho não poderá exceder a 12 horas.

Já Antonio Lucas Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), também afirmou que o dispositivo que considera o empregador rural como pessoa jurídica é prejudicial à agricultura familiar.

O projeto trata ainda de questões como os contratos de safra e o isolamento do traba-



lhador rural e sua família em locais de trabalho distantes de centros urbanos, adotando uma forma de compensá-lo. O texto também prevê que o empregador poderá fornecer aos seus

empregados transporte com segurança, conforto e dignidade, sem cobrar nenhum valor por esse serviço, caso não exista transporte público eficiente na região.

## Valter Pereira teme crise com EUA por causa do algodão

As disputas em torno dos preços do algodão no mercado internacional podem resultar em crise comercial entre Brasil e Estados Unidos. O alerta foi feito ontem pelo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Valter Pereira (PMDB-MS), na reunião que debateu o projeto que modifica a legislação sobre trabalho rural.

As discordâncias surgiram após a vitória brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo questionou os subsídios dados aos produtores norte-americanos – que deixavam o preço do algodão brasileiro em desvantagem – e a OMC permitiu que o Brasil retaliasse comercialmente outros produtos dos EUA.

Chegou ao Congresso neste mês uma medida provisória (MP 482/10) em que o governo detalha as sanções comerciais que pretende adotar contra os americanos, inclusive sobre propriedade intelectual e serviços.

Valter Pereira lembrou declaração do novo embaixador norte-americano no Brasil, Thomas Shannon, quanto à possibilidade de seu país contrarretaliar o Brasil. O embaixador depois “recuou no tom de seu discurso” e se mostrou disposto ao diálogo.

– A decisão da OMC mostrou que o produtor de algodão estava sofrendo prejuízos, por isso o Brasil obteve essa vitória. O tema exigirá muita atenção de todos nós, pois envolve algo em torno de US\$ 840 milhões, em uma batalha comercial que pode influir nas relações comerciais do Brasil com os Estados Unidos – alertou Valter Pereira.

Ele acrescentou ainda que a Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, elabora uma lista de produtos americanos passíveis de sofrer retaliação comercial. Mas o senador acredita que a visita da secretária de Estado Hillary Clinton ao Brasil, na próxima semana, poderá produzir um acordo comercial entre os dois países.

## Fertilizantes

Na reunião de ontem, Valter Pereira também criticou os subsídios que produtores rurais de diversos países recebem para a compra de fertilizantes. Como informou, o custo de produção agrícola no Brasil é onerado em cerca de 40% por conta dos preços dos fertilizantes, tendo em vista que são apenas “três ou quatro empresas fornecedoras, que formam cartéis”.

## Comissão reforça Fundo do Meio Ambiente

Os recursos obtidos com o confisco de produtos ou bens de empresas envolvidas em crimes ambientais poderão ser destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Para isso, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle (CMA) aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 23/05) que modifica a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98). Pela legislação vigente, recursos confiscados por prática de crime contra o meio ambiente são destina-

dos ao Fundo Penitenciário Nacional.

O texto aprovado pela comissão estabelece que o patrimônio dessas empresas será confiscado e, quando houver animais silvestres em cativeiro, eles serão libertados em sua *habitat* ou entregues a jardins zoológicos ou fundações ambientalistas.

No caso de apreensão de produtos perecíveis ou madeiras, esses deverão ser avaliados e doados a instituições científicas ou culturais.

A proposta determina ainda que os produtos perigosos para o meio ambiente ou para a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, inutilizados ou destruídos. A avaliação dos produtos será efetuada pela autoridade responsável pela apreensão.

A relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), apresentou sugestões para aperfeiçoar o texto. Foi essa alternativa proposta por ela que recebeu a aprovação da CMA e deverá agora ser submetida ao exame do Plenário.

Madeira e motosserras apreendidas e expostas na mostra nacional *Caminhos da Sustentabilidade*

